

In-Lex

2020

ANUÁRIO

das Sociedades de Advogados



DIREITO NA CATÓLICA

40 ANOS A FORMAR
CIDADÃOS QUE FAZEM
A DIFERENÇA

DOCTORAMENTO EM DIREITO

INTEGRADO NO
Católica Research Center
for the Future of Law

MESTRADO EM DIREITO

ESPECIALIZAÇÕES EM:

- Direito Administrativo
- Direito Criminal
- Direito Da Empresa e dos Negócios
- Direito Fiscal
- Direito Internacional e Europeu
- Direito Privado
- Direito do Trabalho

MESTRADO EM DIREITO E GESTÃO

LICENCIATURA EM DIREITO

DUPLA LICENCIATURA EM DIREITO E EM GESTÃO

EM PARCERIA COM A
Católica Porto Business School

PÓS-GRADUAÇÕES

- Direito Administrativo
- Direito da Família Empresária
- Direito Imobiliário
- Direito Intelectual
- Direito do Trabalho e da Segurança Social
- Direito dos Valores Mobiliários e Direito Bancário
- Fashion Law and Business
- Interdisciplinar em Direitos Humanos
(iniciativa conjunta da Faculdade de Direito, da Faculdade de Educação e Psicologia e da Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa)
- Negociação, Mediação e Resolução de conflitos
- Organização e Gestão no Futebol Profissional
(em parceria com a Liga Portuguesa do Futebol Profissional)

✉ candidaturas@porto.ucp.pt
☎ 800 105 632/633



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO



www.direito.porto.ucp.pt



ANDRÉ VERÍSSIMO
Diretor do Jornal
de Negócios

O BOM NOME

Entre as muitas citações famosas de Benjamin Franklin há uma que diz que “são necessárias muitas boas ações para construir uma boa reputação, mas apenas uma má para a perder”. Casos como o Luanda *Leaks* e as suspeitas de fraude fiscal e branqueamento de capitais no futebol português, que marcaram o arranque deste ano, equivalem a uma má ação. Legítimo ou não, o papel desempenhado por consultoras, auditoras e sociedades de advogados deixou um véu de suspeição.

Henry Kissinger, o antigo secretário de Estado norte-americano, cujo papel na história recente dos Estados Unidos e do mundo é no mínimo controverso, disse um dia que “90% dos políticos dão aos outros 10% uma má reputação”. Temos de acreditar – caso contrário o nosso sistema social deixa de fazer sentido – que há muito mais de 10% de políticos sérios, polícias sérios, juízes sérios, jornalistas sérios ou advogados sérios em Portugal. Temos de acreditar que os que não o são não passam de uma pequena minoria. Mas não tenhamos dúvidas de que a transgressão dessa pequena minoria prejudica de sobremaneira todos os outros.

A empresa de estudos de mercado GFK divulgou há um ano um estudo de opinião sobre a confiança dos portugueses nas várias profissões. Os bombeiros lideravam destacados com um índice de confiança de 94%, seguidos pelos médicos e professores, ambos com 83%. Os advogados aparecem muito mais para baixo na tabela, com um índice de apenas 47%. No fim estão os banqueiros (36%) – qualquer um pode testemunhar as marcas que o colapso do BES deixou em todos – e os políticos (18%).

A reputação não aparece no balanço de uma empresa, mas vai à demonstração de resultados. É um ativo intangível, mas tem um impacto bem real no negócio. A Boeing que o diga. Só à conta do escândalo do 737 Max estima perder 18 mil milhões de dólares. Se há indústria onde a reputação é um valor absoluto, é o da aviação. Mas o tema toca a todos e é determinante numa sociedade cada vez mais exigente e onde a informação circula de forma muito mais rápida.

O estudo da GFK mostra que as sociedades de advogados têm um longo caminho pela frente na construção de uma relação de maior confiança com os portugueses. O que obriga a não cometer erros – “são precisos 20 anos para construir uma reputação, mas bastam cinco minutos para a arruinar”, como diz Warren Buffett – cumprindo a deontologia da profissão e seguindo escrupulosamente regras de *compliance* na seleção dos clientes. Mas passa também por fazer pedagogia sobre o trabalho imprescindível e insubstituível dos advogados.



JOÃO MOURA
Diretor da In-Lex

TEMPOS DE ANTIVÍRUS

O ano de 2019 foi um ano positivo, assim o referem a grande maioria das sociedades representadas nesta edição do Anuário In-Lex, e as expectativas são para que esta tendência se mantenha em 2020.

Ainda que o cenário para 2020 seja otimista, com o arranque deste novo ano, têm surgido novos desafios e algumas incertezas para o setor empresarial e, conseqüentemente, para as sociedades de advogados. Sinais externos, como o Brexit, a evolução da economia europeia, a grave situação com que se depara a China e o Mundo com o novo coronavírus, as eleições nos Estados Unidos e os possíveis acordos comerciais com o resto do mundo, assumem particular importância para uma economia como a portuguesa muito exposta ao exterior. Mas nem só de fora vêm as incertezas. A expectativa de governação no atual cenário político nacional é grande e deve entrar também na fórmula desta equação.

A análise do setor das sociedades de advogados denominado advocacia de negócios, funciona de alguma forma como um barómetro da economia nacional, não fossem as empresas a razão de ser da sua existência, e nesta 15ª edição do In-Lex também conseguimos comprovar, ainda que com novas incertezas, a tendência positiva para 2020. Nesta radiografia fidedigna da realidade do setor a nível nacional, que é o In-Lex, constatamos um maior número de sociedades a aderirem ao projeto, com equipas reforçadas, atentas e recetivas aos avanços tecnológicos facilitadores de criação de valor nos seus clientes e com estruturas adaptadas aos novos desafios.

Num cenário de incertezas, que de certa forma já é um *commodity* dos tempos modernos, impõe-se cada vez mais uma aposta na prevenção e na rápida capacidade de adaptação. E a prevenção não se faz somente com *softwares* informáticos Prova disso são os tempos “*Leaks*” em que vivemos e que desvendam as fragilidades desses sistemas. Não há sistemas que consigam acompanhar o ritmo tecnológico estonteante dos dias de hoje, que cria grandes oportunidades mas também inesperados desafios à humanidade: constrói e destrói, aproxima e afasta, promove a informação mas nem sempre o conhecimento.

A prevenção edifica-se no ADN das empresas e nas pessoas. Assenta em pilares sólidos, com valores éticos enraizados e na escolha dos parceiros certos. Em matéria jurídica, não só a jusante, mas também a montante, as empresas devem escolher parceiros competentes, fiáveis e seguros. Apresentamos nesta edição os melhores *antivírus jurídicos* do mercado, parceiros imprescindíveis das empresas para os novos desafios que se avizinham. São 143 Sociedades! Faça o seu *download* nas páginas que se seguem!

SUMÁRIO



CADERNO EDITORIAL

Editorial

- 3 *O bom nome, André Veríssimo, Diretor do Jornal de Negócios*
- 3 *Tempos de antivírus, João Moura, Diretor da In-Lex*

O Retrato do Anuário

- 5 *Advocacia societária dá trabalho a mais de 5.700 profissionais*

Entrevista

José Luís Moreira da Silva, Presidente do Conselho Diretor da ASAP

- 6 *Regime fiscal das sociedades viola o princípio da igualdade*

Mercado em 2020

- 12 *Prestadores de serviços jurídicos atentos à conjuntura externa*

Opinião

Carlos Pinto de Abreu, Presidente da CPAS

- 16 *CPAS: a solidariedade inteligente, ativa e recíproca entre beneficiários*

18 ÍNDICE ALFABÉTICO

SOCIEDADES DE ADVOGADOS

- 21 Capítulo I

- 34 Capítulo II

- 73 Capítulo III

- 94 Capítulo IV

110 ÍNDICE ÁREAS DE DIREITO

127 ÍNDICE LOCALIDADES

FICHA TÉCNICA

JORNAL DE NEGÓCIOS

PROPRIEDADE/EDITORIA: Cofina Media, S.A. | SEDE: Rua Luciana Stegagno Picchio, n.º 3, 1549-023 Lisboa Portugal | PRINCIPAL ACIONISTA: Cofina, SGPS, S.A. (100%) | CAPITAL SOCIAL: € 22.523.420,40 | CONTRIBUINTE: 502 801 034 | C.R.C. DE LISBOA: 502 801 034 | N.º REGISTO ERC: 121571 | DEPÓSITO LEGAL: 120966/98 - ISSN 0874-1360

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Paulo Fernandes (Presidente), João Borges de Oliveira, Alda Delgado, Luís Santana | DIRETOR-GERAL EDITORIAL: Octávio Ribeiro | DIRETOR-GERAL EDITORIAL ADJUNTO: Armando Esteves Pereira | DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA: Alda Delgado | DIRETOR DE INFORMÁTICA: Rui Taveira | DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS: Nuno Jerónimo | DIRETORA DE MARKETING: Isabel Rodrigues | DIRETOR DE CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS: João Ferreira de Almeida | DIRETORA DE RESEARCH: Ondina Lourenço

DIRETOR: André Veríssimo | DIRETOR-ADJUNTO: Celso Filipe | ASSINATURAS: Florbela Mendes (Tel: +351 210 494 999; E-mail: assine@cofina.pt) | PUBLICIDADE - DIRETOR GERAL COMERCIAL: Hernâni Gomes | SEDE - REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: Rua Luciana Stegagno Picchio, n.º 3, 1549-023 Lisboa, Portugal | Tel: +351 210 494 000; Fax: +351 210 493 145; E-mail: info@negocios.pt | IMPRESSÃO: Gráfedisport - Impressão e Artes Gráficas, S.A - Rua Consiglieri Pedroso, n.º 90, Casal de Santa Leopoldina, 2745-553 Queluz de Baixo | Tel: +351 214 353 850; Fax: +351 214 360 542 | DISTRIBUIÇÃO: Vasp - Distribuição de Publicações SA, Media Logística Parque, Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém | Tel: + 351 214 337 000; Fax: +351 214 326 009 | Estatuto editorial do negócios disponível em: www.negocios.pt

IN-LEX, MARKETING E PUBLICIDADE, LDA

DIRETOR: João Moura | PROPRIEDADE: In-Lex, Marketing e Publicidade, Lda. | CONTRIBUINTE: 507 432 622 | C.R.C. DE LISBOA: 507 432 622 | ADMINISTRAÇÃO: Rua Ary dos Santos n.º 3, Armazém 4, Quinta Figo Maduro, 2685-312 Prior Velho | Tel: +351 213 885 213; E-mail: geral@in-lex.pt | CONCEPÇÃO GRÁFICA: WDL - Brand & Retail | DIREÇÃO GRÁFICA: Ricardo Diogo | PAGINAÇÃO: Ana Bernardo | PERIODICIDADE: Anual | IMPRESSÃO: Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A - Estrada Consiglieri Pedroso, 90, Casal de Sta. Leopoldina, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena | DEPÓSITO LEGAL: 323397/11

Os conteúdos informativos e imagens apresentados neste anuário são da inteira responsabilidade das sociedades de advogados participantes.

ADVOCACIA SOCIETÁRIA DÁ TRABALHO A MAIS DE 5.700 PROFISSIONAIS

■ É um universo de 4.000 advogados – dos quais 837 são sócios e mais de 600 são advogados estagiários – aquele que está espelhado no In-Lex 2020, onde 143 sociedades marcam presença. Dados adicionais também avançados por estas organizações mostram a importância das sociedades de advogados enquanto geradoras de postos de trabalho. As 143 firmas participantes neste diretório dão também emprego a 364 consultores e a mais de 1.390 profissionais de outros sectores, onde se incluem funcionários administrativos, pessoal técnico ligado aos recursos humanos ou à contabilidade, mas igualmente especialistas nas áreas de marketing, comunicação empresarial ou tecnologias de informação.

Em jeito de balanço, são 143 sociedades de advogados, que integram mais de 5.700 profissionais, dos quais, quase 4.000 são advogados, e que asseguram a prestação de serviços jurídicos preferencialmente a empresas; estão sedeadas sobretudo na Grande Lisboa e no Grande Porto e, além de Portugal, estão também, com presença própria ou em parceria, em mais 70 países.

ÁREAS DE PRÁTICA

No ‘top 10’ das áreas de prática importa dizer que, sem surpresas, o agrupamento de Direito

Comercial se destaca no primeiro lugar desta listagem. São 127 as sociedades representadas no In-Lex de 2020 que proporcionam este tipo de apoio jurídico. No segundo lugar da lista surge o Contencioso, com um total de 109 firmas, seguido do Direito do Trabalho, com 100 sociedades a revelarem que prestam serviço neste âmbito.

Aquela que é uma das áreas cuja atividade mais tem estado em evidência nos últimos anos, a do Direito Imobiliário, volta a estar também posicionada nos lugares cimeiros da lista, subindo inclusive uma posição no ranking, face à última edição. São 86 as firmas de advocacia a oferecerem trabalho especializado neste campo. O Direito Fiscal é habitualmente privilegiado no conjunto dos serviços jurídicos prestados às empresas, não se estranha por isso que entre as 143 sociedades representadas neste anuário, 85 proporcionem apoio aos clientes no campo da fiscalidade. A fechar o ‘Top 10’ estão as áreas de Direito Público e Administrativo, Direito Financeiro, Arbitragem e Mediação, Propriedade Intelectual e TMT e Direito da Família, Menores e Sucessões.

PRESENCAS NACIONAIS

As regiões de Lisboa e do Porto, com destaque para a capital, são as que têm o maior número

de sociedades representadas no anuário In-Lex de 2020. No entanto, as presenças no anuário chegam de todo o País, com 18 localidades com escritórios sede, o que permite, à semelhança das anteriores edições, abarcar a quase totalidade do território continental e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

PRESEÇA INTERNACIONAL

Angola, Brasil e Espanha são os países mais representados no campo da internacionalização das sociedades de advogados presentes no anuário, fruto da aposta que nesses destinos é feita pelos empresários nacionais, os principais clientes das firmas de advocacia portuguesas.

Nas localizações internacionais, face ao anuário anterior, destaca-se uma importante presença das sociedades representadas em países como Moçambique, Cabo Verde, França, Estados Unidos ou China.

Em sentido inverso, muito por força do Brexit, regista-se um declínio no número de firmas de advocacia nacionais no Reino Unido. Importa dizer, em todo o caso, que a internacionalização da advocacia nacional chega a 70 países espalhados pela Europa, África, Médio Oriente, América, Ásia e Oceânia, com escritórios próprios ou em regime de parcerias. ■



ENTREVISTA A JOSÉ LUÍS MOREIRA DA SILVA, PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA ASAP

“REGIME FISCAL DAS SOCIEDADES VIOLA O PRINCÍPIO DA IGUALDADE”



■ O regresso dos encontros anuais, desta vez sob o tema “O Futuro da Advocacia”, a imagem das sociedades de advogados junto da opinião pública ou o recorrente tema do regime fiscal dos profissionais organizados em regime societário marcam esta conversa com José Luís Moreira da Silva. O novo presidente do Conselho Diretor da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP) explica o que está em causa e aponta as prioridades do mandato.

O novo conselho diretor da ASAP, a que preside, está em funções há relativamente pouco tempo. Qual foi a vossa prioridade nesta fase inicial do mandato?

Temos vindo a realizar o que nos tínhamos proposto no início do mandato, que era contactar com todos os nossos associados do Norte, não só no Porto, mas também Braga, Guimarães, bem como em algumas comarcas limítrofes. O objetivo é mostrar que já estamos em plena atividade e que podem contar connosco. Também já fizemos uma reunião

em Lisboa, que é onde há mais associados da ASAP. E procurámos marcar reuniões com várias entidades do sistema judiciário. Também pedimos uma reunião com o nosso novo bastonário e marcámos um encontro com a nova direção da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

Um dos propósitos anunciados é o de retomar a realização dos encontros anuais ASAP. Tal será possível já em 2020?

O nosso propósito é que a iniciativa seja retomada já este ano, no Centro Cultural de Belém. Estamos a avaliar se será em junho ou julho, ou se passaremos para depois do tradicional período de férias. Já temos um ‘key note speaker’ de relevo e o tema do encontro será o futuro da advocacia.

Quem é esse orador convidado? E a discussão em torno do futuro da advocacia vai centrar-se em que áreas?

Vai abranger não só as questões da inteligência

artificial, mas também as novas formas de gestão das sociedades de advogados. Vamos contar com a participação do antigo diretor-geral do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira, que aceitou gentilmente a fazer uma intervenção. Também já estabelecemos contacto com o Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA) do Brasil Estudos. Tive oportunidade de estar no encontro da nossa congénere do Brasil, que tem milhares de advogados. Tem uma estrutura bem mais desenvolvida do que a nossa. Estão convidados para o nosso encontro anual. No âmbito internacional, estamos também a aderir a uma federação dos advogados de língua portuguesa, que já abrange Macau e S. Paulo, que é a maior associação de todas.

Referiu que o tema central do próximo encontro nacional da ASAP será sobre os grandes desafios das sociedades de advogados para os próximos anos. De que forma é que as sociedades que estão no mercado português se estão a preparar para os grandes desafios do futuro?

Diria que as sociedades de advogados têm uma sensibilização para o tema. Há duas ou três que já estão mais à frente do que a média ao nível da sensibilização para o tema e já estão a dar passos concretos na introdução de uma automação nos próprios procedimentos dos seus serviços. Já têm contratos celebrados ou parcerias com universidades que estão a desenvolver sistemas ou com empresa que fornecem esses serviços. Algumas já estão a adaptar para o português soluções que foram criadas no ambiente anglo-saxónico. Há aqui uma grande disparidade na medida em que estamos a falar de algo que é extremamente dispendioso.

A ASAP poderá concertar esforços para ajudar, ao nível da adoção de novas tecnologias, as pequenas e médias sociedades de advogados que são suas associadas?

Essa opção dependerá dos associados. A ASAP está disponível. Fazermos o encontro nacional sobre o tema é uma forma de os associados o discutirem e, eventualmente, tomarmos algumas decisões. Agregando um conjunto ...

Experiência, especialização e agilidade

Os serviços de *Dispute Advisory* da KPMG são especializados nas áreas de contabilidade, economia, quantificação de prejuízos, *e-discovery* e avaliações financeiras. As nossas análises contribuem para a resolução de litígios em Tribunais Cíveis ou Arbitrais, bem como em processos de mediação e negociação.

Temos uma equipa focada no aconselhamento imparcial sobre os diferentes aspectos contabilísticos e económico-financeiros de cada litígio, composta por peritos independentes, consultores e árbitros com profunda experiência, adquirida em algumas das mais complexas disputas a nível global.

Saiba mais em www.kpmg.pt ou contacte-nos através de ptforensic@kpmg.com

kpmg.pt





“OS ADVOGADOS APENAS CUMPREM O SEU PAPEL DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, FUNDAMENTAL NA SUA RELAÇÃO COM OS CLIENTES.”

José Luís Moreira Da Silva,
Presidente do Conselho Diretor
da Associação das Sociedades de
Advogados de Portugal (ASAP)

alargado de sociedades de advogados, penso que será mais fácil discutir, com os fornecedores desses serviços, protocolos e formas de tornar os preços mais acessíveis. Mais cedo ou mais tarde, essas aplicações irão tornar-se cada vez menos dispendiosas e mais acessíveis. Isso permitirá, depois, adotar soluções para as sociedades de média dimensão e, eventualmente, até para as mais pequenas. A ASAP pode dar esse empurrão. Estamos disponíveis para isso, assim os associados o queiram. Vamos trabalhar para isso.

Um dos temas que está inscrito no vosso programa de ação como prioritário é o do regime fiscal das sociedades de advogados. A verdade é que não avançou qualquer alteração no Orçamento do Estado de 2020. O que é que pretendem fazer a esse nível?

É um tema que nos está a preocupar de sobremaneira. Estávamos muito confiantes que o Governo interviesse nesse âmbito, porque havia a promessa, feita ao antigo bastonário, Guilherme Figueiredo, por parte do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, de que a possibilidade de as sociedades de advogados optarem pelo regime geral do IRC seria adotada. O secretário de Estado telefonou-me, foi simpático comigo, para dizer que não haveria a oportunidade de incluir essa medida no Orçamento do Estado. Por isso, será um tema que teremos de retomar.

O que é que está em causa?

Consideramos que o regime fiscal existente é uma violação gritante do princípio da igualdade e uma concorrência desleal. Todas as sociedades profissionais em Portugal, com exceção

da nossa e dos solicitadores, têm essa possibilidade. As sociedades de advogados estrangeiras que se instalam em Portugal concorrem connosco numa situação discriminatória. Isso tem de acabar.

O que é que a ASAP pretende fazer?

Temos de apresentar um dossiê mais cheio, que possa convencer o Governo da bondade da solução. Ou então ir para outras soluções que tentávamos evitar, como recorrer à senhora provedora da Justiça, com quem já falei, chamando-lhe a atenção para a discriminação.

A perceção negativa que a opinião pública tem em relação às sociedades de advogados, nomeadamente quando surgem notícias que as implicam em situações menos claras, como as que sucederam recentemente, lembre-se o chamado caso Luanda Leaks, é outro tema que vos preocupa e que consta do vosso programa. O que que vão fazer quanto a essa questão?

Esse é um tema que está a tornar-se gritante, nomeadamente com os chamados leaks, as fugas de informação envolvendo emails. É uma situação que nos preocupa grandemente.

É a imagem das sociedades de advogados que está em causa?

A imagem deriva de algum desconhecimento das sociedades de advogados e é nosso papel também ajudar a clarificar. Ao não clarificar essa situação e ao virem essas fugas cá para fora, para o público em geral, desacompanhadas de uma explicação, dá ideia de que há o cometimento de crimes ou de comportamentos deontologicamente incorretos.

De forma justa ou injusta, a ideia que passa para a opinião pública é de que alegadamente foram cometidos ilícitos.

Isso não é verdade, porque se assim fosse os advogados estavam constituídos arguidos e a própria Ordem dos Advogados já teria aberto processos disciplinares. Os advogados apenas cumprem o seu papel de administração da justiça, fundamental na sua relação com os clientes e com a defesa da justiça em Portugal. É um papel essencial, protegido pelo artigo 20 da Constituição. Estas fugas de informação que não são alvo de inquérito criminal e de responsabilização civil e criminal, para nós não só põem em causa a advocacia, mas também a justiça em Portugal.

Como é que a perceção negativa para com as sociedades de advogados pode inverter-se? O que é que podem fazer os poderes públicos?

Vamos começar a desenvolver um trabalho, no sentido de chamar a atenção dos poderes públicos para esta situação. O que está a acontecer é a utilização totalmente abusiva e criminosa de informação que a lei do cibercrime, de 2009, proíbe. São meios de prova ilicitamente obtidos e relativamente aos quais não há qualquer contraditório. Não há qualquer verificação da veracidade dos documentos, nem tão pouco há possibilidade de defesa por parte dos visados. E, mais do que tudo, há uma relação de confiança que é posta em causa. Uma relação essencial para a defesa da legalidade e da Justiça. Já se verificava o abuso da constituição de advogados como arguidos para obtenção de provas, contra o que somos completamente contra. Agora, há a obtenção ...



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

MES
TRADOS
DIREITO
2020 | 2021



CATÓLICA
GOV

ADMINISTRATIVO

PARCEIRO | Sérvulo & Associados

DIREITO E GESTÃO

CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA

CATÓLICA
LISBON
SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

PARCEIROS | KPMG | Uría Menéndez - Proença de Carvalho

EMPRESARIAL

PARCEIRO | VdA - VdA Academia

CATÓLICA
TAX

FISCAL

PARCEIRO | PLMJ

FORENSE

PARCEIROS | KPMG | PLMJ | Sérvulo & Associados | Uría Menéndez - Proença de Carvalho | VdA - VdA Academia

ilícita de correspondência privilegiada entre o cliente e o advogado, que depois é utilizada de forma ilícita e nula, nos termos do código do processo penal. Isto é algo que tem de ser claramente afirmado e tem que o poder público atuar de forma veemente. Caso contrário está em causa a justiça em Portugal.

Vão explicar isso junto da opinião pública?

É preciso explicar às pessoas que se há aqui uma relação entre o advogado e o cliente, isso é absolutamente normal. Os advogados existem é para aconselhar os seus clientes, defendendo-os nos termos da lei, nunca de forma ilícita. Esse auxílio pode traduzir-se na constituição de empresas, mas também numa ida a tribunal, quando é necessário. Em qualquer dos casos, estamos a falar de atos próprios da advocacia, tal como estão elencados na lei. Nenhum desses atos próprios da advocacia é crime.

Quando alguém está sob investigação e quando há suspeitas da prática de crime, sobretudo na área económica, as pessoas acabam por associar o advogado ao cliente. Compreende ou não que exista essa perceção na opinião pública?

Compreendemos que haja essa primeira impressão, mas tem de haver aqui uma posição propedêutica de explicar. Acho que os próprios, às vezes, se querem furtar a fazer essa explicação. A ASAP está disponível para o fazer.

A ASAP está disponível para, nos casos mediáticos, vir a público explicar o que se está a passar?

Está disponível para vir a público e explicar porque é que há um advogado que participa num determinado processo. Explicar porque é que um advogado pratica atos próprios da advocacia. Pratica-os porque é para isso que servem os advogados e é para isso que serve a Justiça em Portugal. Se o advogado comete algum crime não está a praticar atos próprios dos advogados. Aí já não é advogado, está a fazer outra coisa.

Isso tem de ser explicado?

Estas situações têm de ser muito bem explicadas. Compreendo que possam ser situações mais complicadas, mas têm de ser ouvidas ambas as partes. A justiça é isso mesmo. Não pode a comunicação social pura e simplesmente pegar em alguns elementos que foram subtraídos ilicitamente, colocá-los nos seus meios de comunicação e não haver forma nenhuma de contraditório.

Quando há a publicação dessas notícias, há também a preocupação por parte dos jornalistas de procurar falar com as pessoas que são alvo dessas notícias, fazendo o contraditório.

A maior parte dos jornalistas tem essa preocupação. Não sei se no caso dos 'leaks' o fizeram ou não. Depois o que vem a público é: 'lá estão as sociedades de advogados a fazerem isto e aquilo'. É importante que a opinião pública tenha conhecimento daquele que é efetivamente o trabalho dos advogados inseridos em sociedades de advogados nos processos mais complexos.

A relação das sociedades de advogados com os advogados associados está de novo sob o escrutínio de atores externos à profissão. Como vê as propostas legislativas que estão no Parlamento?

Temos três diplomas que estão na Assembleia da República que podem ter alguma influência nas sociedades de advogados. São da autoria do PS, do PAN e do Bloco de Esquerda. Já pedimos uma reunião com a primeira comissão [Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias], para discutir esses processos.

A ASAP está de acordo com as propostas que foram entregues no Parlamento?

Estamos, em princípio, de acordos com eles, sem discutir pormenores. No entanto, em geral, relativamente às propostas do PS e do PAN, que me parecem razoáveis, a lógica aponta para que essas medidas já deveriam estar em vigor há mais tempo. Estou a falar, nomeadamente, da suspensão de alguns prazos judiciais no caso de advogadas que estejam em situações de impedimento. Relativamente ao projeto do Bloco de Esquerda, esse levantamos muitas dúvidas.

Por que razão vos levanta dúvidas essa proposta?

Gostaríamos de ouvir melhor a posição do Bloco de Esquerda, mas parece pretender as sociedades de advogados como uma empresa, mas sem a questão da transparência fiscal. Isso põe em causa a razão de ser da advocacia e a autonomia dos advogados. Se era esse o propósito do Bloco de Esquerda, já houve outros projetos que não tiveram seguimento e que poderiam ter tido, até propostos pela Ordem dos Advogados que resolviam a questão que o BE pretende abordar.

Como é que essa situação se resolve?

A verdade é que a maior parte das sociedades de advogados, ou pelo menos as maiores sociedades já têm essa situação resolvida,

de uma forma de autorregulação, criam determinados relacionamentos com os seus colaboradores a nível, por exemplo, de férias, de dispensas em caso de maternidade ou de doença, de compensações por várias situações na vida profissional ou pessoal. Não vejo razão para não acolher essas realidades se tivesse de haver, por exemplo, regulamentação nesse sentido. Quanto a criar condições para proteger os colaboradores das sociedades de advogados, que se criem. Aliás, a própria Ordem dos Advogados fez propostas e avançou nesse sentido. Já quanto à criação de um contrato de trabalho, isso põe em causa a matriz da advocacia. ■

ASSOCIAÇÃO CRIA PRÉMIO PARA ALUNOS DE DIREITO

A Associação das Sociedades de Advogados de Portugal vai lançar uma iniciativa que visa premiar anualmente, segundo o seu presidente, José Luís Moreira da Silva, o melhor aluno de Direito que frequenta as universidades nacionais. O regulamento está ainda em fase de preparação, mas já está decidido que os temas em torno da gestão das sociedades de advogados e do futuro da advocacia serão centrais nos trabalhos que poderão ser submetidos a concurso. A associação, ainda segundo o seu atual líder, pretende envolver neste projeto as diferentes faculdades de Direito do País.

AS FIGURAS DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ASAP

O novo conselho diretor da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, eleito para o mandato 2019-2022, é liderado por José Luís Moreira da Silva. José Costa Pinto desempenha as funções de tesoureiro, sendo vogais Miguel Torres, Joaquim Vieira Peres, Teresa Brito da Silva, Filipe Avides Moreira e José Luís Esquível. Já Pedro Raposo preside à mesa da Assembleia Geral, enquanto Nuno Pena e Duarte Abecassis são secretários deste órgão social. No conselho fiscal a presidente é Ana Pinelas Pinto, Domingos Cruz é secretário e João Carvalhinho vogal.

per
spect
ive

**Always on
demands**

**Law
in a Digital
Economy**

LL.M.

O mundo empresarial precisa de uma geração que compreenda os aspetos legais e comerciais das novas tecnologias. Direcionado para advogados e recém-licenciados em Direito de todo o mundo, um programa avançado que desenvolve competências para apoio e direção de *tech companies* numa economia digital cada vez mais complexa e dinâmica.

PRESTADORES DE SERVIÇOS JURÍDICOS ATENTOS À CONJUNTURA EXTERNA



■ As projeções positivas sobre a evolução da economia nacional sustentam que o comportamento a esperar este ano do mercado português da prestação de serviços jurídicos às empresas deverá seguir a mesma linha de 2019. Para alguns players do setor, 2020 deverá ser de continuidade ao nível do trabalho prestado aos clientes. No entanto, com uma economia particularmente exposta ao exterior, também surgem os alertas, tendo em conta a indefinição que se afigura em torno da conjuntura externa.

Do Brexit à situação na República Popular da China – a braços desde o início do ano com um grave problema de saúde pública, que tem vindo a estender-se a todo o mundo, causado por um novo coronavírus –, passando

pelas indefinições em torno da evolução da economia europeia, são vários os receios que não são descartáveis.

Em condições normais, o mercado nacional da prestação de serviços jurídicos não deverá apresentar alterações muito significativas ao longo deste ano, consideram os players da advocacia que dá apoio às empresas. Neste âmbito, o imobiliário, o turismo, a energia ou o setor financeiro estão entre as áreas que poderão destacar-se em 2020, à semelhança do sucedido no ano transato.

De acordo com as últimas previsões económicas, Portugal deverá continuar a crescer em 2020, mas um ritmo mais lento do que em 2019, embora ao nível das contas públicas

esteja previsto o primeiro superavit dos últimos longos anos. Contudo, se na equação fatores conjunturais como a instabilidade política no Reino Unido, a ‘guerra’ comercial entre os Estados Unidos e o resto do mundo, a aparente recessão que ameaça a Alemanha, ou em Portugal, a nova ‘geometria’ de governação que saiu das últimas eleições, torna-se evidente que, dizem alguns dos atores do mercado, 2020 será um ano de maiores desafios por comparação a 2019.

Na realidade, o grau de incerteza inerente à atual conjuntura internacional é elevado, referem fontes do setor, sustentando sempre que existe a “expectativa de continuidade” face ao ano transato, com a economia nacional a manter um desempenho positivo e a ...



CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA



CATOLICA
Global
School of
Law

A statement
of excellence

has no
**bor
ders**

**Excellence
Like Global
Law**

**International
Business
Law**

LL.M.

Programa avançado, com uma abordagem inovadora ao Direito transnacional, Anglo-Americano e Europeu, com um corpo docente de académicos e profissionais de topo a nível global. Especializado para quem procura uma carreira no Direito Internacional de negócios.

Parceiros:

Abreu:
advogados

CUATRECASAS

M **MORAIS LEITÃO**
L **SALVATERRA, SOARES DA SILVA**
& ASSOCIADOS

**FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP**



**Innovating
Legal education**

www.catolicallaw.fd.lisboa.ucp.pt
catolica.law@ucp.pt

continuar a atrair o interesse de investidores estrangeiros por ativos portugueses.

Há mesmo quem afirme que, não obstante a difícil conjuntura internacional, “2020 afigura-se muito auspicioso”. Tanto mais que, sublinham alguns players, em Portugal não vislumbra nenhuma razão ponderosa para uma quebra da atividade em relação a 2019. A relativa estabilidade política, uma economia a crescer, ainda que de forma tímida, e o Banco Central Europeu a manter a política do ‘quantitative easing’, tudo isto são fatores que permitem que o nosso país continue a ser bastante apreciado ao nível internacional.

Neste sentido, as expetativas vão no sentido de que continue a assistir-se a uma forte procura nos setores financeiro, do imobiliário e do turismo, mas também a um aumento das solicitações nos setores da energia, do ambiente, dos transportes ou das ciências da vida. Ao nível da prestação de serviços jurídicos às empresas, há quem admita que as áreas de prática de laboral, fiscal, proteção de dados, arbitragem e, sobretudo, das fusões e aquisições, vão destacar-se ao longo de 2020.

PRIORIDADES DO NOVO BASTONÁRIO

O arranque deste ano ficou associado a mais um ciclo na Ordem dos Advogados, com a tomada de posse dos novos órgãos dirigentes nacionais e regionais, destacando-se nome de Luís Menezes Leitão como novo bastonário. O também professor universitário promete uma grande mudança na instituição que regula a prática da advocacia e aponta três prioridades para o mandato: a revisão da tabela do apoio judiciário, a reforma da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) e o plano nacional de combate à corrupção.

O sucessor de Guilherme Figueiredo aproveitou a cerimónia de abertura do ano judicial, onde discursou ainda antes de assumir o cargo, para fazer o alerta sobre a situação precária dos advogados que prestam apoio judiciário, lembrando que as suas remunerações não são atualizadas há 15 anos, com a agravante de a atualização anual prevista na lei não estar a ser cumprida.

Um dos temas incontornáveis deste ano é a iniciativa do Governo de criar um grupo de trabalho, liderado pela ministra da Justiça, Francisca

Van Dunem, para definir, no prazo de três meses, uma estratégia plurianual de combate à corrupção. Neste âmbito, Luís Menezes Leitão expressou publicamente o seu desacordo em relação à chamada colaboração premiada. “O que é a delação premiada senão uma forma de coação moral sobre os arguidos?”, questionou, em tom crítico.

Já a propósito da CPAS, lembrou, em entrevista ao Negócios, que uma das determinações do congresso dos advogados foi fazer uma auditoria financeira à Caixa. “É importante, até para tranquilizar as pessoas”, afirmou. Neste capítulo, evidenciou ainda que não concordou com a medida da direção anterior da CPAS, de subir o valor mínimo das contribuições em 9% num ano em que não houve inflação, e que, por isso, pretende ver com o atual líder da instituição, Carlos Pinto de Abreu, se será possível “corrigir as injustiças que existem”. ■





Faça como nós:
**encontre de forma
eficiente e eficaz**

Para o sucesso profissional dos advogados

JusNet a melhor solução de informação jurídica



Pesquisa
inteligente



Todo tipo de conteúdos:
legislação, jurisprudência,
formulários, doutrina,
referências bibliográficas,
entre outros



Facilidade de consulta



Onde
quiser

OPINIÃO DE CARLOS PINTO DE ABREU, PRESIDENTE DA CPAS

CPAS: A SOLIDARIEDADE INTELIGENTE E RECÍPROCA ENTRE BENEFICIÁRIOS

■ A Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) emana da solidariedade inteligente, ativa e recíproca entre os Beneficiários. É uma Instituição de Previdência autónoma, com personalidade jurídica, regime próprio, gestão privativa, património próprio e visa fins de previdência e de proteção social dos Advogados e dos associados da OSAE.

Desde a sua criação, em 1947, a CPAS assenta num modelo de repartição e de solidariedade intergeracional e assume-se essencialmente como uma Caixa de Reforma, sendo finalidade estatutária da CPAS a concessão de pensões de reforma e subsídios por invalidez.

Não obstante, além da pensão de reforma e dos subsídios de invalidez, de sobrevivência e por morte, a CPAS concede um leque vasto de benefícios imediatos que corporizam a sua vertente assistencial, designadamente:

- subsídios de nascimento e de maternidade;
- comparticipação nas despesas de internamento hospitalar, por maternidade e por doença, dos seus Beneficiários e do seu agregado familiar;
- subsídio de assistência, em situações de carência económica dos requerentes;
- assistência médica e medicamentosa;
- subsídio de funeral.

A par destes benefícios, a CPAS oferece, anual e gratuitamente, aos Beneficiários com a situação contributiva regularizada um seguro de acidentes pessoais e um seguro de assistência médica permanente e tem protocolos vários designadamente para seguros de saúde, da habitação, de escritório e outros da vida corrente, a subscrever pelos beneficiários interessados.

Conforme resulta de imposição legal expressa, anualmente, são realizados por entidades externas independentes, especialistas na matéria, análises prospetivas do Sistema através de Estudos de Sustentabilidade que se encontram anexos aos Relatórios e Contas de cada exercício. O Estudo de Sustentabilidade de 2018, realizado pela AON Portugal, foi claro no sentido da conclusão de que existe uma melhoria da sustentabilidade do Sistema a médio

prazo e dele retiram-se indicadores e dados de referência importantes para a perceção da trajetória da CPAS. Também em julho de 2019, quando da proposta de adoção de um fator de correção do Indexante Contributivo apurado para o ano de 2020, e com vista ao apuramento do impacto e garantia da sustentabilidade da referida proposta, concluiu-se que o valor estimado dos ativos financeiros, no final de 2033, ascenderá a 850 milhões de euros. Podemos assim afirmar, com confiança, que a solidez e a sustentabilidade da CPAS está assegurada.

Importa realçar que o pagamento escrupuloso e atempado de contribuições para a CPAS assegura aos Beneficiários um rendimento futuro que lhes permite enfrentar a velhice ou o infortúnio com dignidade, estabilidade e segurança, sendo que quanto maior for o investimento durante a vida ativa, maior será a pensão a receber.

Por outro lado, também do ponto de vista fiscal as contribuições para a CPAS assumem relevância e vantagens, designadamente para os sócios das sociedades de advogados,

independentemente da sua dimensão, estrutura ou balanço; para os trabalhadores independentes que optem pelo regime de contabilidade organizada ou pelo regime simplificado; e para os trabalhadores dependentes.

A CPAS assegura um Sistema de Previdência que é único e tem vantagens, desde logo porque permite a liberdade individual de escolha dos escalões, tem um regime adequado aos primeiros anos de atividade, bem como, no seu universo, conta com cinco ativos e meio por cada pensionista o que compara com apenas um ativo e meio por cada pensionista da segurança social, sendo que a idade de reforma na CPAS está agora nos 65 anos, em comparação com os 66 anos e meio no regime geral.

A informação, a participação e a confiança, assim como o empenho e o entusiasmo de todos na defesa, perpetuação e melhoria contínua da atividade da CPAS, tornando-a mais forte, são, também, um garante do prestígio, da autonomia e da independência das suas profissões e de um futuro mais seguro e digno para todos e cada um dos Beneficiários e para as suas Famílias. ■



A SOLUÇÃO **LEGAL TECH** PARA O SETOR JURÍDICO

LMS

LEGAL MANAGEMENT SYSTEM

**SOLICITE UMA
DEMONSTRAÇÃO**

 comercial@bluescreen.pt

 21 722 3822



O LMS® é o software para uma gestão profissional e inteligente de processos judiciais, dívidas, contencioso e recuperação de crédito. Descubra a solução que permite otimizar o seu negócio com um controlo financeiro mais eficiente.



SOCIEDADES DE ADVOGADOS
E ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA



EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES
COM QUANTIDADE SIGNIFICATIVA
DE PROCESSOS EM CONTENCIOSO



GESTORES DE INSOLVÊNCIAS,
SOLICITADORES E AGENTES
DE EXECUÇÃO



LEILOEIRAS
DE INSOLVÊNCIA



JURÍDICO



RECUPERAÇÃO
DE CRÉDITO



MEIOS
OPERACIONAIS



RECEBIMENTOS
DESPESAS E
COMISSÕES



COMPLIANCE E IT

O LMS® é Simples, Intuitivo e Fácil de Personalizar.

FALE CONNOSCO: comercial@bluescreen.pt | Tel: +351 21 722 3822

www.bluescreen.pt/legal-management-system